

## SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA - SEGOV

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Contexto Operacional

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitado os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

A Unidade Gestora da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 03.216.036/0001-03, tendo a sua sede administrativa situada em Campo Grande, na Av Do Poeta, Parque dos Poderes – Bloco 08 – CEP 79031-350.

As atividades operacionais da UG 510101 são amparadas pela Lei Estadual nº 5.310 de 21 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2019.

Informamos ainda que, em decorrência da reorganização da estrutura básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, através da Lei nº 5.304 de 21 de dezembro de 2018 publicada no Diário Oficial nº 9.807, tornou-se, extinta a Secretaria de Estado de Cultura e Cidadania, transferindo o patrimônio, os direitos e obrigações para Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e o Relatório Técnico com base nos dados extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças (SPF).

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2019, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

##### Base de Preparação

As demonstrações financeiras constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contém informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

##### Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado.

##### 1- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Anexo 12)

O Balanço Orçamentário, definido na Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Esse Balanço também está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A verificação/análise desse Balanço é de extrema importância para a definição dos indicadores que nortearão a avaliação da gestão orçamentária e, em linhas gerais, da política fiscal pelo impacto da arrecadação e pela execução da despesa pública.

O Balanço Orçamentário da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica é desdobrado em: Execução Orçamentária das Receitas (previsão inicial, previsão atualizada, realização e diferenças) e das Despesas (fixação e execução incluídos os créditos adicionais).

É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As receitas e as despesas orçamentárias estão detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, e demonstrando o resultado orçamentário.

#### Dotação Atualizada

A diferença demonstrada entre a "Dotação Inicial" no valor de R\$ 116.981.000,00 da despesa e a "Dotação Atualizada" no valor de R\$ 141.681.000,00 da despesa, no valor de R\$ 24.700.000,00 refere-se à:

DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR
Dotação Inicial	116.981.000,00
Créditos Especiais Abertos	34.926.400,00
Superávit Orçamentário do Exercício Anterior	0,00
Excesso de Arrecadação	0,00
Operações de Crédito	0,00
Cancelamento de Dotação	(10.226.400,00)
Dotação Atualizada	141.681.000,00

#### Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do período apresentou equilíbrio entre a receita realizada no período R\$ 123.467.856,39 e a despesa empenhada R\$ 123.467.856,39.

Nota-se que a Unidade Gestora 510101 Segov, não é agente arrecadador, porém executa despesas orçamentárias para a prestação de serviços públicos e realização de investimentos, dependentes de recursos do Tesouro, portanto no Anexo 13 evidencia a movimentação financeira de transferências recebidas para a execução orçamentária.

#### 2 - BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13)

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

#### Transferências Financeiras Recebidas

O Balanço Financeiro Evidencia as Transferências Financeiras. O quadro abaixo demonstra as Transferências Financeiras Recebidas:

Transferências Financeiras Recebidas	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
Transferências Financeiras Recebidas para a Execução Orçamentária	133.373.502,62	0,00	133.373.502,62
TOTAL	133.373.502,62	0,00	133.373.502,62

#### Recebimentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, especialmente as movimentações dos depósitos restituíveis, quando houver, valores vinculados a processos judiciais, além dos valores inscritos em restos a pagar e outros recebimentos extraorçamentários. Verifica-se no anexo 13 Balanço Financeiro – Ingressos, que os valores dos depósitos restituíveis e os valores vinculados estão demonstrado de forma detalhada conforme conta contábil.

OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		
CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	INGRESSOS
113110101	Salários e Ordenados – Adiantamentos	260,32
113110299	Outros adiantamentos a Pessoal	130,16
113230600	Contribuição ao RGPS A Compensar	2.606.887,95
113810600	Valores em Trânsito realizáveis A Curto Prazo	8.350.125,10
113810801	Créditos A Receber por Reembolso de Salário Família Pago - RGPS	45,44
113810901	Créditos A Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago - RGPS	151.943,77
113810903	Créditos A Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago - RPPS	23.246,31
237110402	Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão - Financeiro	454.487,34
491010101	Variação Patrimonial Aumentativa Bruta a Classificar	2.577,12

#### Transferências Financeiras Concedidas

O Balanço Financeiro evidencia apenas as Transferências Financeiras. O quadro abaixo demonstra as Transferências Financeiras Concedidas:

Transferências Financeiras Concedidas			
	Financeira	Não Financeira	Saldo
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	5.338.746,16	0,00	5.338.746,16

#### Pagamentos Extraorçamentários

Destaca-se os Outros Pagamentos Extraorçamentários que compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo:

- relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (ex. devolução de depósitos); e
- restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		
CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	DISPÊNDIOS
113110101	Salários e Ordenados – Adiantamentos	260,32
113110299	Outros adiantamentos a Pessoal	130,16
113230600	Contribuição ao RGPS A Compensar	2.606.887,95
113810600	Valores em Trânsito realizáveis A Curto Prazo	8.350.125,10
113810801	Créditos A Receber por Reembolso de Salário Família Pago - RGPS	45,44
113810901	Créditos A Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago - RGPS	151.943,77
113810903	Créditos A Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago - RPPS	23.246,31
237110402	Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão - Financeiro	454.487,34
491010101	Variação Patrimonial Aumentativa Bruta a Classificar	2.577,12

### 3 - BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14)

Ativo

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Única – Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

As disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual são aplicadas no mercado financeiro em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única, utilizam-se as rubricas credoras “(-) Aplicações financeiras da conta única”. O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo “Aplicações Financeiras”.

#### Demais Contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios.

#### VPD Pagas Antecipadamente

A VPD pagas antecipadamente no anexo 14 no valor de R\$ 167.458,51 corresponde a conta do Ativo 119310101 assinaturas e anuidades a apropriar, assinatura da plataforma de conhecimento jurídico.

#### Imobilizado

A conta contábil 123110801 estoque interno (Balancete de Verificação em Bens Móveis em Almoarifado) apresentou o valor de R\$ 1.452.930,95, refere-se bens móveis permanentes não distribuídos no Sistema de Patrimônio, consta no processo de Inventário (51/000.001/2020) nota explicativa esclarecendo que a aquisição são peças de modernização em um bem já patrimonializado, portanto, o Sistema de Patrimônio não permite incluir valores nesse bem, dessa forma, será realizado a reavaliação de ativos durante o exercício de 2020.

#### Passivo e Patrimônio Líquido

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independente do prazo de exigibilidade.

#### Passivo Circulante

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis, obrigações tributárias e todas as outras contas a pagar. Entre as obrigações a pagar, destacamos:

Restos a Pagar Anterior ao Exercício de 2015 - Valores a pagar referente a fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais da entidade, de exercícios anteriores a 2015, tendo sido executados no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira –SIAFEM, sistema utilizado anteriormente ao SPF-Sistema de Planejamento e Finanças, utilizado desde 2015.

#### Demais Obrigações a Curto prazo

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Consignações - Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

#### Patrimônio Líquido

TÍTULO	31/12/19	31/12/18
Patrimônio Social e Capital Social	3.403.093,34	2.105.946,21
Resultados Acumulados	3.403.093,34	2.105.946,21

#### Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

RESULTADOS ACUMULADOS		
TÍTULO	31/12/19	31/12/18

Superávits de Exercícios Anteriores	2.105.946,21	3.862.536,67
Resultado Patrimonial do Período-DVP	0,00	0,00
*Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.274.790,00)	(2.197.455,99)
Resultados Acumulados	3.403.093,34	2.105.946,21

#### Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2019, substancialmente, em função de:

Despesas Empenhadas no Elemento "Despesas de Exercícios Anteriores", o art. 37 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Para fins de identificação como despesas de exercícios anteriores, considera-se:

- Despesas que não se tenham processado na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;
- Restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cujas inscrições como restos a pagar tenham sido canceladas, mas ainda vigente o direito do credor;
- Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente (MCASP-7ª Edição-Parte I-Procedimentos Contábeis Orçamentários). Bem como, outros ajustes relativos à:
- Retificação de erros de exercícios anteriores;
- Mudanças de procedimentos contábeis;

#### Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial do período foi de R\$ 4.403.093,34 ante um resultado em 2018 de R\$ 2.105.946,21.

#### 4 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (Anexo 15)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

#### Transferências e Delegações Recebidas

A DVP demonstra as Transferências Financeiras e Não Financeiras, conforme abaixo:

Transferências Recebidas	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
Transferências Intragovernamentais	133.635.728,52	0,00	133.635.728,52

#### Transferências e Delegações Concedidas

Transferências Concedidas	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
Transferências Intragovernamentais	5.679.422,22	0,00	5.679.422,22
Transferências A Consórcios Públicos	237.500,00	0,00	237.500,00

#### 5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Anexo 18)

Permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

INGRESSOS	156.407.501,31
DESEMBOLSO	154.396.769,89

Andresa Alves Rosa  
Contadora – Segov  
CRC 010090/O